Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

Apresentação: 26/06/2024 14:06:37.720 - MESA
RIC n.1974/2024

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº / 2024.

(Do Cap. Alberto Neto)

Requer da Excelentíssima Ministra dos Povos Indígenas, Senhora Sônia Guajajara, informações sobre o pagamento de royalties a indígenas canadenses.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro seja encaminhado a Excelentíssima Ministra dos Povos Indígenas, Senhora Sônia Guajajara, informações sobre o pagamento de royalties a indígenas canadenses , nos seguintes termos:

1) Quais critérios poderiam ser adotados no Brasil para implementar um sistema de pagamento de royalties aos indígenas, semelhante ao modelo aplicado no Canadá?

2) De que forma os recursos provenientes do pagamento de royalties poderiam ser distribuídos e utilizados para beneficiar as comunidades indígenas no Brasil, visando promover sua autonomia econômica e política?

3) Considerando a necessidade de promover o desenvolvimento sustentável e a autonomia dos povos indígenas no Brasil, que iniciativas e políticas poderiam ser implementadas para garantir a gestão autônoma de suas terras e recursos naturais, assim como ocorre com os indígenas canadenses?

Justificação

CD241561637700

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD241561637700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto

Apresentação: 26/06/2024 14:06:37.720 - MESA
RIC n.1974/2024

Recentemente, a senadora Kátia Abreu levantou um ponto fundamental em um artigo publicado no site Thomaz Rural, questionando por que pagamos royalties a indígenas canadenses, mas negamos essa mesma dignidade aos nossos próprios indígenas, que vivem em extrema pobreza.

A retórica oficial frequentemente apresenta uma narrativa de proteção e preservação dos povos indígenas. Porém, ao analisar mais profundamente, é evidente que essa suposta preocupação esconde uma realidade de dominação e controle. O governo perpetua políticas que mantêm os indígenas em uma situação de dependência e marginalização, ao invés de promover a verdadeira autonomia e o desenvolvimento sustentável dessas comunidades.

Os povos indígenas no Brasil têm sido historicamente relegados às margens da sociedade, enfrentando a perda de suas terras, cultura e modos de vida tradicionais. A falta de políticas eficazes e o desrespeito aos seus direitos têm agravado essa situação. Em vez de garantir a autodeterminação, as ações governamentais muitas vezes se limitam a assistencialismo, sem proporcionar as ferramentas necessárias para que esses povos possam gerir suas próprias terras e recursos de maneira independente.

A comparação com os indígenas canadenses, que recebem royalties pela exploração de recursos em suas terras, expõe a hipocrisia e a injustiça da política atual. No Brasil, os indígenas são vistos como obstáculos ao progresso econômico, ao invés de parceiros valiosos no desenvolvimento sustentável. Esta visão atrasada ignora a riqueza de conhecimento e a importância da preservação das tradições e territórios indígenas.

É imperativo que mudemos essa abordagem. Devemos lutar por políticas que garantam a verdadeira autonomia dos povos indígenas, permitindo-lhes gerir seus próprios recursos e participar ativamente nas decisões que afetam suas vidas e terras. Isso inclui o pagamento de royalties e outros mecanismos de compensação justa pelo uso de recursos naturais em suas terras, como já é feito em outras partes do mundo.

Além disso, é essencial promover o acesso à educação, saúde e infraestrutura, respeitando a cultura e os modos de vida tradicionais. A autonomia econômica e política é a chave para romper o ciclo de dependência e marginalização.

CD241561637700

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD241561637700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto

Apresentação: 26/06/2024 14:06:37.720 - MESA
RIC n.1974/2024

Vamos trabalhar juntos para garantir que a preservação dos povos indígenas não seja apenas um discurso vazio, mas uma realidade concreta de respeito, dignidade e justiça. É nossa responsabilidade assegurar que as futuras gerações indígenas possam viver com liberdade e prosperidade, livres do controle opressor de políticas governamentais retrógradas.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo assegurando a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 25 de Junho de 2024.

CAPITÃO ALBERTO NETO
Deputado Federal
PL-AM

CD241561637700

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD241561637700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto